

# Pressão dos governadores funciona

Em troca de "bombons" ou mostrando "chicote" garantiram a vitória

LAURENICE NOLETO e  
MARILENA DÊGELO  
Da Redação de Política

A exceção de Moreira Franco, Pedro Simon, Waldir Pires e Miguel Arraes, os governadores do PMDB constituíram um bloco que, nas 24 horas que antecederam a votação de ontem exerceu poderosa pressão junto às suas bancadas a favor do sistema presidencialista, uns mais, outros menos, os 17 governadores que estiveram ontem em Brasília receberam a curiosa definição de "caçadores de milho" em setores do governo, em razão de assegurarem uma média de seis a sete votos cada um, dos parlamentares considerados indecisos. Esses votos tiveram peso duplo, pois deixaram de apoiar um lado favorecendo outro.

Entre os governadores que mais atuaram ontem, na avaliação do governo, estavam Orestes Quércia, de São Paulo, Newton Cardoso, de Minas Gerais, Alvaro Dias, Paraná, Henrique Santillo, Goiás, e Tasso Jereissatti, do Ceará. Quer cia cumpriu sua tarefa pelo telefone. Santillo, embora parlamentarista, aliou-se a Sarney na defesa do presidencialismo. Junto com o ministro da Agricultura, Iris Rezende, era um dos mais eloquidos no círculo político ligado ao Presidente.

A pressão é muito forte. Esta foi a frase mais usada ontem por parlamentares de diversas bancadas, ao comentarem a atuação dos 17 governadores que estiveram ontem em Brasília, acompanhando a votação do sistema de governo pela Constituinte. Conversas ao pé do ouvido ou por telefone foram os tipos de contatos mais usados para apresentar suas argumentações, que variavam de "bombons a chicotes", de acordo com o estilo de cada um.

No período da tarde, quando se preparava para a votação da matéria, somente cinco governadores no Congresso: Epitácio Cafeteira (MA), Waldir Pires (BA), Pedro Ivo (SC), Jerônimo Santana (RO) e o governador do Território de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, que apesar de não ter representação na Constituinte, também fez quest-ao de

acompanhar de perto a votação, "pois este é também o meu habitat", disse ele, lembrando que ainda é jornalista.

## REVERSÃO

O governador Epitácio Cafeteira conseguiu efeito contrário a sua pressão pelo sistema presidencialista junto à bancada do Maranhão. Em vez quatro, como se esperava antes, foram cinco os deputados que votaram contra a proposta de Humberto Lucena. Após acompanhar a votação no plenário da Câmara, ele constatou perplexo que o deputado Onofre Correia havia aderido à proposta parlamentarista.

Desde segunda-feira Cafeteira vinha mantendo contatos com os constituintes de seu Estado e estava tranquilo quanto ao resultado da votação. Da bancada do PMDB do Maranhão, 17 lhe haviam manifestado sua posição presidencialista.

ta e apenas quatro reafirmaram a decisão de votar contra a emenda de Lucena. Ao lado dos deputados da sua bancada ele comentava satisfeito: "Não sei quantos eu convenci, mas o resultado será muito bom".

O governador Waldir Pires, por sua vez, circulou horas antes da votação em torno do plenário para marcar sua posição pelo parlamentarismo, já contando com os votos de 25 dos 28 deputados da coligação que o apoiava na Bahia. Ele está em Brasília, onde se hospedou na casa de sua mãe, desde segunda-feira e só pretendia retornar hoje à Salvador. "Vim porque o país está parado, em suspensão. Não vim para influenciar, mas para conversar e dar minha solidariedade aos que desejam o parlamentarismo", comentou minutos antes da votação, quando já não tinha esperança em relação à mudança do sistema de governo.

Apesar de não ter saído de São Paulo para pressionar a bancada, o governador Orestes Quércia conseguiu mudar os votos de dois deputados que vinham se declarando parlamentaristas: Michel Temer e Samir Achoa, do PMDB. Essa informação já circulava pelo Congresso antes da votação, pela boca do deputado Milton Reis (PMDB-MG), que acompanhou as articulações do governador em Brasília. O argumento utilizado por Quércia para convencer os indecisos da bancada a votar em favor da emenda de Humberto Lucena foi simples: com a representação de São Paulo reduzida à metade (tem 60 por cento quando deveria ter 120 deputados), o Estado seria o maior prejudicado com a implantação do sistema parlamentarista.

Embora faça oposição ao governador de Minas, o de-

putado Hélio Costa acabou votando pela emenda presidencialista, após ter mantido contatos nos últimos dias com os ministros Ronaldo Tavares, Antônio Carlos Magalhães e Borges da Silveira. "Sempre fui presidencialista com reforço de influência dos parlamentaristas, mas esse sistema apresenta o problema da bionidade. Resolvi que o melhor é o presidencialismo, justificava o deputado.

Além do governador de Minas, também esteve em Brasília, mas não no Congresso, o governador do Paraná, Alvaro Dias. No Hotel Eron e no restaurante Florentino, ele procurou conversar com todos os deputados parlamentaristas de sua bancada. O deputado José Tavares (PMDB-PR) contou que Dias tentou convencê-lo de que o parlamentarismo não era a solução para os problemas do País. Já Maurício Fruct e Hello Duque almoçaram com o governador, mas disseram que ele nem tocou no assunto sistema de governo com eles.

Fora do Congresso, tinha-se notícias de que o governador de Minas Gerais tinha instalado o seu quartel general no escritório de representação de seu Estado e que classificava-se como o campeão de conversão de votos do parlamentarismo para o presidencialismo. Segundo informações passadas por telefone, por volta das 15 horas, para o presidente Sarney, pelo deputado Milton Reis (MG), até aquela hora o governador de Minas já havia "virado três votos" e era quem fazia pressões mais fortes "variando de bombons a chicote". As argumentações do governador, segundo alguns parlamentaristas, já alcançava antes da votação oito inversões de votos.

Já o governador de

Goiás, Henrique Santillo, declaradamente parlamentarista, apesar de apoiar cinco anos de mandato para Sarney, foi uma das poucas pessoas recebidas na manhã de ontem pelo Presidente, no Planalto. Ele foi convidado por Sarney para uma conversa. Entrou e saiu pelo elevador privativo, sem falar com a imprensa. Mas antes de ir embora, avistou-se com alguns parlamentares de sua bancada, que negaram a possibilidade de Santillo ter mudado de posição, após a conversa com o Presidente.

No entanto, o deputado Mauro Miranda (PMDB-GO), que é irmão do governador de Mato Grosso, Marcelo Miranda, votou pelo presidencialismo, apesar de momentos antes ter manifestado sua intenção de votar no parlamentarismo. A virada do voto de Miranda, segundo o deputado José Freire, também de Goiás, não se deveu apenas à atuação de seu irmão, mas principalmente pela influência do ministro da Agricultura, Iris Rezende, que teve Miranda como um de seus principais auxiliares, quando governador de Goiás.

## SÓ COINCIDÊNCIA

Pedro Ivo, governador de Santa Catarina, não admitiu que tivesse vindo a Brasília para pressionar parlamentares em favor do presidencialismo. Ele garantiu que mensalmente vem ao Distrito Federal para resolver questões de interesse de seu Estado.

"Foi só uma coincidência", afirmou, sem esconder, no entanto, que aproveitou essa coincidência para expor seus argumentos à bancada. Sobre os resultados dessas argumentações, ele disse que não sabia, "pois não perguntou a nenhum se os havia convencido. Mas te-

nhu certeza que os deixei pensando duas vezes antes de votar". O governador de Santa Catarina manifestou sua intenção de acompanhar a votação do plenário, que teria acesso como parlamentarista, mas foi embora antes do início da votação, tendo entrado no plenário apenas para cumprimentar o deputado Ulysses Guimarães. Hoje, ainda em Brasília, ele tem encontro marcado com o ministro Antônio Carlos Magalhães e só deve voltar ao seu Estado amanhã.

Mesmo não acreditando que pudesse mudar os dois únicos votos parlamentaristas de sua bancada de sete constituintes, o governador de Rondônia, Jerônimo Santana, não deixou de engrossar o cordão dos presidencialistas. Conversou por telefone com todos eles, foi ao Congresso no início da tarde e admitiu: "Fizemos algumas ponderações". Nessas ponderações, segundo ele, não deixou de reconhecer que o presidencialismo, atualmente, "deixa ainda algumas coisas que precisam ser feitas com maior velocidade", mas ressaltava que a experiência de parlamentarismo vivida de 60 a 61 "foi muito frustrante". Não acompanhou a votação de perto, preferindo ir para o escritório de Rondônia em Brasília, "assistir pela televisão".

Moema São Tiago (PDT-CE) foi a única de seu partido a votar contra a orientação de Brizola: "Sou parlamentarista e não recebi nenhum telefonema ou pressão para mudar o voto. Eles me respeitaram", disse ela, informando porém que "eles" haviam conseguido virar o voto de seis outros constituintes do Ceará que até ontem eram parlamentaristas, dentre os quais Ubiratam Aguiar e Expedito Machado, ambos do PMDB.

GINALDO BARBOSA



Os parlamentaristas do PMDB: agora, a divisão

## Metas pessoais opostas mantêm o PMDB unido

A. C. SCARTEZINI  
Repórter Especial

A permanência do presidencialismo como sistema de governo racha de uma vez o PMDB? O resultado da votação de ontem induz à conclusão de que, apesar da derrota de vários de seus principais líderes, o velho partido vai continuar unido em torno de suas divergências, como acontece há mais de 20 anos, porque os projetos pessoais de seus líderes continuam a prevalecer sobre os programas ideológicos.

Como expressão primitiva desse comportamento pessoal entre os líderes, projeta-se a pessoa do presidente José Sarney, posta em julgamento pelos constituintes nas decisões em torno da futura Constituinte. "Não vamos dar essa vitória ao Sarney", conclamou o senador Mário Covas, colegas do PMDB e líderes da oposição a votar no parlamentarismo.

Um dos mais expressivos líderes da oposição procurou o senador Fernando Henrique Cardoso para perguntar-lhe porque a sua posição radical a favor do parlamentarismo. "Se o Ulysses não for o primeiro-ministro, eu posso sê-lo", abriu candidamente o jogo o senador, portador em seu currículo de um extenso pensamento sociológico.

Em outra ponta do PMDB, Sarney procurou com obstinação pessoal duas coisas na Constituinte: o mandato de cinco anos e o presidencialismo. Conquistar as duas posições seria uma forma de redimir-se, inclusive historicamente, de passos desastrosos na administração e na política, como a renúncia ao mandato de seis anos em troca de cinco anos.

Com as emoções e idéias pessoais em jogo, é difícil a retirada de algum grupo expressivo do PMDB. Os vitoriosos de ontem curtem o primeiro sucesso e par-

tem, em posição de força, para o mandato de cinco anos. Os derrotados de ontem precisam reorganizar-se dentro do velho partido para tentar a revanche em cima do mandato de Sarney.

Mas e depois da Constituinte? Depois, pouca coisa deve mudar. A primeira reação de Sarney pode ser o expurgo do seu ministério para governar, seja por um ou dois anos, sem as forças que hostilizam — no quadro atual, é provável que uma mudança no governo se realize mais para afastar os desafetos do que para unir os amigos.

Enfim, a briga de Sarney deve acontecer dentro do PMDB, o velho partido que veio da oposição ao regime militar e agora pode carimbar-lhe o passaporte definitivo para a história — a dimensão histórica passa, daqui para a frente, a ser a bússola do trabalho do Presidente, desgastado na conjuntura atual pela mais profunda crise social que envolve o País.

Na oposição interna a Sarney, passa a ser uma operação de alto risco abandonar o maior partido para uma aventura incerta sob outra legenda, sobretudo neste ano em que as eleições municipais oferecem a oportunidade para uma mudança nas bases do PMDB, cuja velha legenda continua a ser mais confortável para altos vãos — como se confirmou na votação de ontem, disputada com vigor especial entre peemedebistas.

O mais certo, porém, é que nada muda até a votação do mandato de Sarney, que se converte na segunda rodada de disputa entre os projetos pessoais. Os derrotados no sistema devem vir com mais virulência sobre o Presidente, mas este mostrou a força do governo e da reação conservadora às posições inicialmente conquistadas pela esquerda na Constituinte.

## Archer relembra pesquisas

"Estão de parabéns os presidencialistas. Foi uma vitória expressiva, amplamente majoritária. Ela confirma as pesquisas de opinião divulgadas pela imprensa indicando ser esta a tendência predominante. Trata-se de um passo importante no processo de consolidação do regime democrático, que é o valor mais alto". Esse foi o comentário do ministro da Previdência Social, Renato Archer, expressado ontem, logo após a votação pelo Congresso Nacional do regime governamental do País. Archer — visto como parlamentarista e ligado a Ulysses — acompanhou a votação pela TV, em seu gabinete, onde também recebeu ontem uma infinidade de telefonemas. Ele não participou do esforço dos ministros pelo presidencialismo.

## BROSSARD

"Acho que a votação não deixa dúvida. Sou partidário do parlamentarismo,

disse isso muitas vezes mas, a não ser bem feito, é preferível não ser implantado". Essa é a opinião do ministro da Justiça, Paulo Brossard sobre a aprovação do sistema presidencialista por 344 contra 212 votos na Constituinte. Para o ministro, o parlamentarismo é resultado de uma decantação secular de determinadas regras, cuja alteração compromete o sistema e seria lamentável adotar este modelo defeituoso, disse o ministro.

Ao considerou que o ideal é que haja votação significativa, o ministro disse ter a impressão de que "houve passionalidade" nas discussões que antecederam o pleito, acrescentando "que, na verdade, não há lugar para paixão".

Com a aprovação do sistema presidencialista, Brossard acredita que a situação do País deverá assentar-se, ressaltando que "numa democracia é preciso curvar-se ao voto da maioria."

## Para Arraes, tradição venceu

Recife — O governador Miguel Arraes disse ontem que a Constituinte tomou uma decisão acertada, ao conservar o sistema presidencialista, porque esse sistema é da tradição brasileira, tem aceitação popular e representa o símbolo da unidade do País. Ele não cre que a vitória do presidencialismo favoreça o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney porque muitos consti-

tuintes da oposição, sobretudo do PDT e do PT, votaram contra o parlamentarismo.

Arraes informou também que não recebeu qualquer apelo do presidente Sarney para trabalhar pelo presidencialismo, e acrescentou que ao se reunir com a bancada de Pernambuco, na semana passada, em Brasília, deixou que cada um votasse de acordo com sua consciência.